

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de agosto de 2014
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	30/06/2014	30/06/2013
Ativo Circulante	16.771.853	17.062.541
Disponibilidades	2.377.831	158.044
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.640.891	3.512.994
Relações em Depósitos Interfinanceiros	1.640.891	3.512.994
Relações Interfinanceiras	426	147
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	426	147
Operações de Crédito	12.600.811	11.121.217
Setor Privado	13.044.676	11.545.703
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	(6) (6.443.865)	(424.486)
Outros Créditos	2.211.939	2.170.538
Rendidas a Receber	8.893	8.598
Créditos Tributários	7 380.410	443.902
Diversos	8 1.854.253	1.745.169
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e (31.617)	(27.131)
Outros Valores e Bens	79.955	95.601
Despesas Antecipadas	79.955	95.601
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.014.015	16.049.734
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.158	686.894
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.158	686.894
Operações de Crédito	11.930.792	13.302.594
Setor Privado	12.542.152	14.037.059
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e (6.111.360)	(734.465)
Créditos Tributários	7 1.046.818	973.612
Diversos	8 766.106	667.874
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e (67.615)	(52.339)
Outros Valores e Bens	331.756	471.099
Despesas Antecipadas	331.756	471.099
Permanente	93.940	102.267
Imobilizado de Uso	31.571	30.245
Imobilizado de Uso	72.506	67.015
(Depreciações Acumuladas)	10 (40.935)	(36.770)
Intangível	62.369	72.022
Intangíveis	112.527	104.628
(Amortizações Acumuladas)	10 (50.258)	(32.606)
Total do Ativo	30.879.808	33.210.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reservas Legais		
	726.561	32.665	358.732	1.117.958
Saldos em 31 de dezembro 2012	-	-	-	-
Prejuízo	-	-	(18.286)	(18.286)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	9.143	9.143
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c -	-	9.143	9.143
Saldos em 30 de junho 2013	726.561	32.665	340.446	1.099.672
Saldos em 31 de dezembro 2013	726.561	35.606	292.208	1.054.375
Lucro Líquido	-	-	125.535	125.535
Destinações:	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c -	6.277	(6.277)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	59.629	59.629
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c -	-	59.629	59.629
Saldos em 30 de junho 2014	726.561	41.883	411.466	1.179.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Aymoré CFI tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados, uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2014, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos decorrentes da realização da operação, independentemente da renúncia ou não do risco.

No reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado de cada operação de venda de ativos financeiros, independentemente da renúncia ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

i) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

g.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originam de eventos passados e cuja existência ou ocorrência depende de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Aymoré CFI. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 13.g).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 13.a).

i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, em seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), o qual trata de como registrar contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis.

A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de custo do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer benefícios de plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem suficientes para garantir o pagamento de benefícios a empregados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

Custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	30/06/2014	30/06/2013
Passivo Circulante	19.536.998	19.845.384
Depósitos	18.871.550	19.245.977
Depósitos à Vista	1.193	2.246
Depósitos Interfinanceiros	15.d 18.870.357	19.243.731
Outras Obrigações	664.848	599.407
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.504	5.860
Sociais e Estatutárias	5.070	5.105
Fiscais e Previdenciárias	11 62.932	85.947
Diversas	12 591.342	502.495
Passivo Exigível a Longo Prazo	10.163.501	12.265.486
Depósitos	9.202.258	11.557.150
Depósitos Interfinanceiros	15.d 9.202.258	11.557.150
Outras Obrigações	961.243	708.336
Fiscais e Previdenciárias	11 913.992	687.642
Diversas	12 47.251	20.694
Patrimônio Líquido	14 1.179.909	1.099.672
Capital Social:	-	-
De Domiciliados no País	726.561	726.561
Reservas de Lucros	453.348	373.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	30/06/2014	30/06/2013
Atividades Operacionais	125.535	(18.286)
(Prejuízo) Lucro Líquido	837.355	770.448
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e 722.512	771.785
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	13.c 206.448	205.437
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(102.865)	(217.636)
Depreciações e Amortizações	11.260	10.462
Variações em Ativos e Passivos	(950.286)	(722.209)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(159.361)	(1.408.701)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(414.993)	(1.147.426)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	(181)	654
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(8.308)	(68.493)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	66.340	95.987
Aumento (Redução) em Depósitos	(411.342)	1.540.704
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	14.778	320.319
Imposto Pago	(37.219)	(55.163)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	12.604	29.553
Atividades de Investimento	(2.575)	(847)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.575)	(847)
Aplicações no Intangível	(2.956)	(11.707)
Alienação de Imobilizado de Uso	14	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	(5.531)	(12.620)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	7.073	16.933
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	290.758	236.130
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4 297.831	253.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reservas Legais		
	726.561	32.665	358.732	1.117.958
Saldos em 31 de dezembro 2012	-	-	-	-
Prejuízo	-	-	(18.286)	(18.286)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	9.143	9.143
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c -	-	9.143	9.143
Saldos em 30 de junho 2013	726.561	32.665	340.446	1.099.672
Saldos em 31 de dezembro 2013	726.561	35.606	292.208	1.054.375
Lucro Líquido	-	-	125.535	125.535
Destinações:	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c -	6.277	(6.277)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	59.629	59.629
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c -	-	59.629	59.629
Saldos em 30 de junho 2014	726.561	41.883	411.466	1.179.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Aymoré CFI tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$31.896, trabalhista R\$42 e cíveis R\$8.662.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2014 e 2013, é composto por 287.706.670 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2014, no valor máximo de R\$10. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

No primeiro semestre de 2014 e 2013, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Aymoré CFI, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Aymoré CFI; e

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 287.706.670 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	01/01 a 30/06/2014	30/06/2014	01/01 a 30/06/2013	30/06/2013
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	237.831	-	157.966	-
Banco Santander ⁽⁶⁾	237.831	-	157.966	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.647.049	96.377	4.199.888	80.406
Banco Santander ⁽⁶⁾	1.647.049	96.377	4.199.888	80.406
Rendas a Receber de Serviços Prestados	8.341	45.862	7.610	46.758
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	7.313	45.862	6.937	46.758
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) ⁽⁸⁾	1.028	-	673	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	2.546	9.181	2.230	6.485
CFI RCI Brasil ⁽⁹⁾	313	7.058	197	4.546
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽⁸⁾	362	2.123	245	1.939
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	1.871	-	1.788	-
Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	(28.072.615)	(1.332.219)	(30.800.881)	(1.342.482)
Banco Santander ⁽⁶⁾	(28.072.615)	(1.332.219)	(30.800.881)	(1.342.482)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(947)	(187.733)	(19)	(153.413)
Banco Santander ⁽⁶⁾	(37)	(178.546)	(19)	(153.413)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	-	2	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁹⁾	(50)	(642)	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁹⁾	(860)	(8.547)	-	-

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2014, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$221.371, de 3 a 12 meses de R\$1.419.520 e acima de 12 meses de R\$6.158.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2014, os depósitos com vencimento em até 3 meses montam R\$2.306.992, de 3 a 12 meses R\$16.563.365 e acima de 12 meses R\$9.202.258.

⁽³⁾ Atual denominação social da Santander Seguros S.A.

⁽⁴⁾ As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.

⁽⁵⁾ Controlador da Aymoré CFI (Nota 15.c).

⁽⁶⁾ Referem-se a empresas controladas do Banco Santander.

⁽⁷⁾ Controlada em conjunto - Banco Santander Espanha.

⁽⁸⁾ Controlador indireto do Banco Santander.

⁽⁹⁾ Controlada pelo Banco Santander Espanha.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro relacionadas a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, tratamento de dados e outras informações necessárias às operações de crédito.

17. Despesas de Pessoal e Tributárias

Despesas de pessoal incluem despesas com remuneração, encargos sociais, benefícios e despesas com treinamento.

Despesas tributárias incluem, principalmente, despesas com Cofins, PIS/Pasep e ISS.

18. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Convênio Santander	163.279	140.838
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	117.303	117.967
Transportes e Viagens	11.267	11.499
Depreciações e Amortizações	11.259	10.462
Propaganda e Publicidade	4.500	10.040
Outras	10.832	10.656
Total	318.440	301.462

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Recuperação de Encargos e Despesas	112.674	98.982
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	25.607	16.142
Atualização de Depósitos Judiciais	13.231	7.896
Outras	7.786	5.799
Total	159.298	128.819

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	3.598	2.424
Trabalhistas (Nota 13.c)	20.904	19.133
Cíveis (Nota 13.c)	45.088	59.717
Outras	59.351	33.442
Comissões de Cobrança com o Banco Santander	14.197	11.748
Despesas com Serasa/Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	4.813	3.911
Despesas com Registro de Contratos	53.596	36.714
Outras	9.627	14.079
Total	211.174	181.168

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	218.299	(14.557)
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(18.762)	(22.280)
Resultado antes dos Impostos	199.537	(36.837)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(79.815)	14.735
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.840	1.991
Demais Ajustes	1.973	1.825
Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.002)	18.551

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

l) Sanprev

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Sanprev 30/06/2014	30/06/2013
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(218)	(132)
Valor Justo dos Ativos do Plano	259	411
Sendo:		
Superávit	41	279
Valor não Reconhecido como Ativo	41	279
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 30 de junho	-	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	7	18

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 11,2% (2013 - 8,7%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 11,2% (2013 - 8,7%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 4,5% (2013 - 4,5%); e
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 5,0% (2013 - 5,0%).
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2013 - AT2000)

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Sanprev
Experiência do Plano	-
Mudanças em Hipóteses Financeiras	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	-
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(7)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(7)
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais	
	Duração (em Anos)
	18,68

Sanprev II

l) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no semestre de 2014 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$446 (30/06/2013 - R\$482).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No primeiro semestre de 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$19 (30/06/2013 - R\$34) para o Programa Global e R\$133 (30/06/2013 - R\$36) para o Programa Local, registrados em despesas de pessoal.

Foi registrado também no semestre de 2014 ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do Programa Local no valor de R\$35 (2013 - R\$47) como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida de outras obrigações.

23. Eventos Subsequentes

Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado ("JV").

Uma vez atendidas as condições suspensivas para a conclusão da operação, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes, o Banco Bonsucesso transferirá para a JV seu negócio de crédito consignado e cartão de crédito consignado, e a Aymoré CFI subscreverá e integralizará ações representativas de 60% do capital social total e votante da JV após o aumento de capital, pelo valor de R\$460 milhões, tornando-se o acionista controlador, permanecendo o Banco Bonsucesso com a parcela remanescente do capital social (40%).

24. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Conrado Engel

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
Carlos Alberto López Galán
Luiz Felipe Taunay Ferreira

Nilton Sérgio Silveira Carvalho
Oscar Rodriguez Herrero
Ronaldo Yassuyuki Morimoto

CONTADOR

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para

expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2